

PROJETO DE LEI Nº 003/2024

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais de Candelária para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais de Candelária, no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, é fixado nos subseqüentes valores:

I - Prefeito: R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais);

II - Vice-prefeito: R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais);

III - Secretários Municipais: R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

§1º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente a seu subsídio mensal.

§3º As férias do Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I - Serão gozadas em período de 30 (trinta) dias, a partir de 1º de janeiro de 2026;

II - Serão remuneradas com adicional de um terço calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - As férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2028 a 31 de dezembro de 2028, serão indenizadas em janeiro de 2029.

§4º Na hipótese de o Prefeito, Vice-prefeito ou Secretário Municipal ser servidor do quadro de cargo efetivos do município, o direito de gozar férias será computado, com o respectivo adicional, com base no valor de seu subsídio mensal, a partir do tempo de serviço registrado em seu histórico funcional, sem aplicação do disposto no §3º, deste artigo.

§5º É facultado ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego ou função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º O valor do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais será anualmente revisado, por meio de lei específica, utilizado o mesmo índice e data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2025, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º, desta Lei, não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o regime Geral de Previdência Social observada as regras previstas na legislação previdenciária federal.

Parágrafo único. No caso de o Prefeito, Vice-prefeito ou Secretário Municipal ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o Regime Próprio de Previdência Social, observada a legislação aplicável ao caso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2028.

Candelária-RS, 09 de janeiro de 2024

Gilvan da Silva Moura
Presidente

Ilceu Carlos Pohlmann
Vice-presidente

Ginevra Haubert da Silveira
Secretária

JUSTIFICATIVA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, utilizando as atribuições que lhe conferem o artigo 29, inciso V, da Constituição Federal, e o artigo 9º, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, coloca à disposição, para apreciação dos senhores Vereadores, Projeto de Lei que trata sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais, para a legislatura que inicia em 2025 e termina em 2028.

1 - Do Subsídio do Prefeito

O cargo de Prefeito tem natureza eletiva e sua responsabilidade é definida a partir da representação do Poder Executivo do Município, tanto em juízo quanto fora dele.

A complexidade da função é expressa nas atribuições que lhes são afetas, em especial a gestão da estrutura administrativa, gestão de pessoal e dos quadros de cargos, empregos e funções, gestão financeira, fiscal e orçamentária, gestão de execução de serviços públicos, de forma direta ou mediante permissão, concessão ou terceirização, gestão do atendimento das demandas sociais e da implementação de programas para a efetivação de políticas públicas eficientes, gestão do repasse de recursos públicos para organização de sociedade civil, por meio de parcerias, sem prejuízo da obrigação legal e constitucional e de dar transparência e pleno acesso dos atos e ações ao cidadão.

É peculiar ao cargo de Prefeito a dedicação integral de seu titular, com redução ou subtração de tempo para dedicação a sua atividade profissional de origem.

Desta maneira, em razão do contexto descrito e considerando que se trata de cargo com grau máximo de responsabilidade, o subsídio é fixado no montante de R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

2 - Do Subsídio do Vice-prefeito.

A função de Vice-prefeito, desde a Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 79, é substituir o Prefeito em seus impedimentos legais e ausências, além de outras incumbências definidas em lei.

Essas atribuições têm grau de responsabilidade superior, podendo transitar pelo exercício da titularidade de secretarias, interlocução com o Poder Legislativo, responder pela comunicação institucional do Poder Executivo, ser corresponsável pela gestão de políticas públicas e de programas de governo.

Não mais se admite, portanto, trabalho sazonal ou remuneração eventual para Vice-prefeito, sendo sua permanência na gestão pública municipal uma exigência constitucional, que acarreta o direito à percepção de remuneração.

Logo, devido a essas peculiaridades, o subsídio mensal do Vice-Prefeito é fixado em R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais).

3 - Do Subsídio do Secretário Municipal

O titular do cargo de Secretário Municipal é solidariamente responsável com o Prefeito na gestão de sua respectiva pasta, assumindo a coordenação e o controle dos atos e das ações de gestão, posicionando-se estrategicamente como interlocutor das demandas de sua temática e na captação de recursos federais e estaduais, construindo alternativas para inovação e melhorias junto ao processo de trabalho.

Assim, em virtude desse contexto, o subsídio mensal do Secretário Municipal é fixado na quantia de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

4 - Do Requerimento

Pelo presente projeto de lei, a Mesa Diretora atende à competência constitucional atribuída a Câmara Municipal, quanto à fixação de subsídio mensal do Prefeito, Vice-prefeito e dos Secretários Municipais, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2025 e termina em 31 de dezembro de 2028, requerendo sua apreciação e deliberação.

Candelária-RS, 09 de janeiro de 2024

Gilvan da Silva Moura
Presidente

Ilceu Carlos Pohlmann
Vice-presidente

Ginevra Haubert da Silveira
Secretária